

Governadores vão ser ouvidos hoje como testemunhas

**CLÁUDIA CARNEIRO
E LUIZA DAMÉ**

Depois de se esbarrar na tropa de choque e em pareceres jurídicos contestando a convocação, a CPI do Orçamento ouvirá hoje o depoimento dos governadores Joaquim Roriz (DF), Edison Lobão (Maranhão) e João Alves Filho (Sergipe), que prestarão esclarecimentos na condição de testemunhas. Os governadores citados pelo economista José Carlos Alves dos Santos serão ouvidos por comissões, em local escolhido por eles próprios, e apenas João Alves manifestou permissão ao acesso da imprensa durante a audiência.

O primeiro depoimento será do governador de Sergipe, às 9h00, no escritório da representação do Estado em Brasília. Sob a coordenação do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), compõem a comissão os deputados Zaire Rezende (PMDB-MG), Lázaro Barbosa (PMDB-GO), Fernando Freire (PPR-RN) e Sigmaringa Seixas (PSDB-DF). O governador terá que explicar a liberação de verbas de subvenções sociais enquanto ocupou o cargo de ministro do Interior do governo Sarney, e os contatos feitos com o deputado João Alves (sem partido-BA), relator do Orçamento em 90, para inclusão de emendas do interesse do Estado.

O governador Edison Lobão, que também frequentou a casa do deputado João Alves para discutir Orçamento, será interrogado no escritório de representação do Mara-

nhão às 11h00, pelos senadores Jutahy Magalhães (PSDB-BA), Iram Saraiva (PMDB-GO), Pedro Teixeira (PP-DF) e o deputado Pedro Pavão (PPR-SP), sob a coordenação do deputado Odacir Klein (PMDB-RS). A CPI vai cobrar esclarecimentos sobre a movimentação financeira e o patrimônio de Lobão, administrado pelo filho, Edison Lobão Filho, que também teve o sigilo bancário quebrado.

Em Águas Claras, a partir de 15h00, será tomado o depoimento do governador Joaquim Roriz, pelos deputados Benito Gama (PFL-BA), Sérgio Miranda (PC do B-MG), Luiz Salomão (PDT-RJ) e Nelson Trad (PTB-MS), coordenados pelo deputado Roberto Magalhães (PFL-PE). A Subcomissão de Subvenções Sociais não encontrou irregularidades com relação ao governador do DF. Mas a CPI vai pedir informações sobre obras executadas com recursos federais, evolução patrimonial e movimentação bancária, nos últimos cinco anos.

A Subcomissão de emendas analisou as verbas orçamentárias destinadas ao DF e encontrou indícios de superfaturamento de obras e desvio de recursos. O secretário de Comunicação Social do GDF, Welington Moraes, disse que apenas três obras são executadas com recursos federais — metrô, ampliação da penitenciária Papuda e Hospital do Paranoá, as duas últimas paralisadas por falta de dinheiro. Welington afirmou que o governador está tranquilo e preparado para responder a todas as perguntas.